



A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E O NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Brazilian Public Education and Neoliberalism: na Analysis of the National Common
Curricular Base

Andréia Jayme Batista

Doutoranda em Educação do PPGE - UNESA
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2451-755X>
andreiabatista@hotmail.com

Claudia Angélica Soares da Costa

Mestranda em Educação do PPGE - UNESA
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2991-5478>
soaresclaudiaf@gmail.com

Mayara Athanázio Diogo

Doutoranda em Educação do PPGE - UNESA
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9105-0627>
mayaradiogo@gmail.com

Daquinete Maria Chaves Brito

Professora da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9856-4290>
dagnete@uol.com.br

Artigo recebido em 01/06/2022 e aceito em 30/10/2022

RESUMO

A pesquisa que originou este artigo realizou análises teóricas sobre as ações da Base Nacional Comum Curricular na educação pública e sua relação com as políticas neoliberais, o que vem acarretando importantes impactos na educação como um todo, mas principalmente, na educação pública. Impactos esses negativos que têm atingido as classes menos favorecidas. Nas últimas décadas, tem se observado que as políticas neoliberais se alastram pela sociedade. Objetivou-se compreender como a educação pública é afetada e a maneira como a desvalorização e a precarização docente estão de acordo com o capitalismo. O artigo também avalia a importância de promover o debate acerca da temática com auxílio de revisão bibliográfica. Evidencia-se, também, que os currículos propostos no Brasil foram elaborados com o objetivo de atender aos interesses de outros órgãos internacionais. Conclui-se que a educação pública é forçada e levada a se render ao capitalismo, e para que se possa haver qualquer mudança positiva é necessário redefinir a identidade da educação brasileira.

Palavras-chave: BNCC; Educação; Educação Pública; Neoliberalismo; Capitalismo.

ABSTRACT

The research that originated this article carried out theoretical analyzes on the actions of the National Common Curricular Base in the public education and its relationship with neoliberal policies, which has had important impacts on education, but mainly on public education. The negative ones have reached the less favored classes. In recent decades, it has been observed that neoliberal policies had been spread throughout society. Our main objective was to understand how public education is affected and the way in which teachers precariousness and devaluation are related to capitalism. Through a bibliographic review the article also assesses the importance of promoting debate on the subject. It is also evident that the curricula proposed in Brazil were designed with the aim of meeting the interests of other international bodies. It is concluded that public education is forced and led to surrender to capitalism, and for any positive change to take place, it is necessary to redefine the identity of Brazilian education.

Keywords: BNCC; Education; Public education; Neoliberalism; Capitalism.

1. INTRODUÇÃO

O documento normativo e norteador de direitos e de objetivos na aprendizagem, que abarca a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2017, a BNCC tem por objetivo garantir uma formação equânime e de qualidade para todos os estudantes, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de competências essenciais.

A aprovação da BNCC seguiu as diretrizes estabelecidas em 2016, mas não foi isenta de críticas. A reforma do Ensino Médio, por exemplo, ampliou a jornada escolar e possibilitou a elaboração da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo o currículo em cinco itinerários formativos: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Formação Técnica e Profissional.

Alvo de discussões e investigações, o novo Ensino Médio, apresenta controvérsias quando, em função da flexibilização escolar, quando, por exemplo, não engloba as habilidades essenciais no itinerário de formação técnica e profissional, o que seria garantido a todos os alunos, e, quando retira do currículo a obrigatoriedade de conhecimentos específicos e disciplinas, substituindo os termos por competências e habilidades (BRASIL, 2018, p. 33).

Há um estranhamento neste cenário, quando as disciplinas escolares são substituídas por componentes curriculares, levando em consideração que as trocas de nomenclaturas e a adoção de sinônimos no texto da BNCC não são aleatórias, mas denotam um discurso intrinsecamente posicionado. O mais alarmante é que a flexibilização escolar pode estabelecer uma nova hierarquia

de organização escolar, onde os conhecimentos escolares passam a ser apresentados como desnecessários ou até mesmo prejudiciais aos jovens (CHARRET; FERREIRA, 2022).

A justificativa da reforma é baseada em dados sobre evasão escolar e reprovação, mas o texto da BNCC não realiza “questionamentos sobre os aspectos de ordem econômica, cultural, política e pedagógica” (FURTADO; SILVA, 2020, p.3), o que poderia explicar o baixo desempenho dos estudantes. A função social da escola é o espaço de apropriação de conhecimentos, porém, a reforma está colocando em segundo plano a humanidade do estudante, quando arbitrariamente seleciona os conhecimentos que devem ser ensinados (FURTADO; SILVA, 2020).

Mediante a discussão das autoras, pode-se afirmar que o fato que justificaria a proposta de reforma, seria a lógica do gerencialismo educacional e do neotecnismo, que partem da premissa da padronização e controle do processo ensino-aprendizado, negligenciando o pressuposto das diferenças culturais e sociais dos alunos, destacando o poder capital fortemente engendrado pela política neoliberal disputada por grandes grupos financeiros no cenário geopolítico da globalização.

Nesse sentido, destaca-se que a BNCC está alinhada com as perspectivas neoliberais, privilegiando apenas os saberes utilitaristas, ou seja, é um documento com estratégias unificadoras e mercadológicas, pois apontam tendências internacionais de uniformização/centralização curricular, testagem larga escala e responsabilização de professores e gestores. Apresenta-se como instrumento para a autorregulação docente e para a performatividade, construindo aquilo que Ball (2001, p. 32) nomeou como um “sistema de terror”.

Neste contexto, destaca-se que há mudança nas relações público-privado, nas normatizações, diretrizes e leis educacionais, nas agências financiadoras, nas formas de gestão e descentralização, nas políticas de avaliação e responsabilização, nos currículos e conteúdos escolares, na modernização do ensino, no uso de novas tecnologias, no ensino plataformizado sob o mantra do *e-learning*, na militarização das escolas e nos *homeschooling*, com vistas à promoção da devastação da educação pública em geral.

Considerando a relevância de ampliar a discussão a respeito da influência neoliberal na aprovação da BNCC e a precarização da escola pública. Este artigo tem como objetivo fazer uma análise da temática por meio de revisão bibliográfica, onde, discute-se a aprovação e adesão da BNCC na educação pública, a BNCC e o ataque neoliberal na esfera da educação pública e o currículo da BNCC para a educação pública como estratégias da financeirização e suas competências.

2. A EDUCAÇÃO PÚBLICA E O CURRÍCULO DA BNCC: O CAPITAL E SUAS ESTRATÉGIAS E COMPETÊNCIAS

A BNCC carrega consigo o conceito de ‘competência’, esmaecido na literatura curricular. Neste sentido, evidencia-se a busca pela eficiência, intensificação dos regimes de avaliação, centralidade do rendimento dos estudantes e do desempenho dos professores, além do limite, performatividade e *accountability*.

A BNCC se impõe no campo educacional brasileiro como uma nova forma de poder gerencial e de controle da escola pública por parte das classes dominantes, dos grupos empresariais e dos organismos de atuação do capital, cujo objetivo central é introduzir a educação escolar na lógica empresarial e privatista de mercado, buscando concretizar uma nova ordem educacional mundial (LAVAL, 2019). Desta forma, o projeto de anulação das tendências igualitárias da educação vinculado aos princípios mascarados pelo neoliberalismo acaba sendo reforçado pela lógica da valorização do lucro em detrimento da qualidade.

As adaptações de projetos educacionais financiados pelos grandes conglomerados privados como: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) refletem tanto na gestão como no próprio currículo escolar das instituições de ensino (PERONI; SCHEIBE, 2017).

Essas afirmações enfatizam que os processos de privatização da educação básica se manifestam na oferta educacional, que leva em conta o financiamento público a organizações privadas, seja por meio de subsídios à oferta (convênios, contratos, termos de cooperação) ou de concessão de incentivos fiscais, que inclui as escolas privadas com fins lucrativos, as tutorias particulares e o incentivo à escolha parental, na forma de *vouchers* ou *homeschooling* (educação domiciliar) e a privatização do currículo, na compra e adoção, em especial os municípios, de sistemas privados de ensino, tecnologias educacionais e desenhos curriculares elaborados pelo setor privado.

A BNCC destaca a apologia ao desenvolvimento de competências e habilidades e é explicitamente central no enfoque curricular. A adoção é sinalizada como uma tendência mundializada, não se fazendo questão de esconder a vinculação da BNCC e a formação por competências com os ditames dos organismos internacionais e, também, adotado nas avaliações internacionais da OCDE, que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA, sigla em inglês) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, sigla em espanhol).

Na BNCC é visível que as competências socioemocionais são estratégias delineadas pelas políticas de inspiração neoliberal que responsabilizam e individualizam os sujeitos, reforçando a

DOI: 10.5281/zenodo.12738512

promoção de um ‘empresário de si’, capaz de ‘aprender a aprender’. A justaposição das noções de competências e as teorizações sobre o investimento econômico na educação são “[...] refinadas tecnologias que operam no mapeamento e na tentativa de potencialização das competências socioemocionais dos alunos, tendo em vista a qualificação do capital humano” (CARVALHO; SILVA, 2017 p.182). Assim, a ideologia dos conhecimentos necessários para gerenciar um ‘projeto de vida’ a partir de uma perspectiva empreendedora, de ‘inovação’ e investimentos futuros invade os currículos para levar ao desenvolvimento de competências.

No âmbito da BNCC, essas competências se traduzem em persistência, assertividade, empatia, autoconfiança e tolerância à frustração, dispositivos comportamentais que confluem para o conceito de resiliência, cada vez mais valorizado pela psicologia corporativa como uma habilidade central dos trabalhadores. Passa-se a ensinar nas escolas visando um ‘Projeto de Vida’ ancorado em uma visão individualista, seu êxito na responsabilização individual e em uma maior adaptação da formação dos jovens aos novos contextos.

Destaca-se que há intencionalidade de despolarizar a vida social e psicologizar a economia e as relações de trabalho, além da formação escolar. Evidencia-se que “cada vez mais se busca, através de discursos psicológicos e morais, a reeducação dos sujeitos com vistas à internalização da racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível” (ZAN; KRAWCZYK, 2020, p. 114). A inserção da educação no livre mercado, a política de testes e de *accountability* e o currículo padronizado têm efeito dramático na educação e não geram qualidade. Pelo contrário, adicionam efeitos colaterais negativos ao processo educativo, tais como: a padronização cultural e intensificação da segregação social (FREITAS, 2018).

As ameaças são múltiplas: violência policial, aumento do desemprego, avanço do conservadorismo, desmantelamento dos direitos e das políticas sociais. Soma-se a isso a formação da juventude a serviço da submissão para o mercado, sob o fetichismo do empreendedor (capitalista). Neste sentido, destaca a tendência forte que emerge e defende esta orientação e conduz estudantes a irem à universidade para obter um diploma que lhes permita ‘vencer na vida’, e não para estudar e desenvolver suas capacidades intelectuais (LENOIR, 2016).

A falácia da modernização aponta a caracterização de uma nova forma de gestão educacional voltada para o neoliberalismo escolar. Desta forma, torna-se importante que se faça as incongruências de uma escola de excelência e empreendedora em um cenário de cruéis e desumanas desigualdades sociais e uma outra via pedagógica, a que transforma, que emancipa, que faz os indivíduos cidadãos críticos reflexivos, protagonistas, como pleiteiam os fundamentos da pedagogia.

3. O NEOLIBERALISMO E A BNCC NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Considerando que as mudanças na educação decorrentes de fortes influências do neoliberalismo, estimulados pela globalização, gera o avanço de uma formação escolar neotecnista, faz-se necessário discutir as implicações destes conceitos no campo educacional e seus impactos na educação pública. Neste sentido, Ponce e Araújo (2019) afirmam que

A mudança de um modelo de produção fordista para um modelo de maior flexibilidade em que o trabalho fixo é substituído pelo trabalho intermitente, que ocorre no contexto da ascensão de novas forças de produção sustentadas na alta tecnologia e na esteira de uma competição de mercado que se dá em grande escala, caracteriza o processo de globalização de caráter neoliberal e necessita, para o seu desenvolvimento, da redução do Estado e da introdução e da ampliação de serviços privados em setores públicos, o que vai impactar a educação escolar, que, além de se prestar a ser um lucrativo mercado, também é instrumental na consecução dos objetivos definidos pela racionalidade neoliberal (PONCE; ARAÚJO, 2019, p. 1047).

Assim, pode-se observar que a organização da vida econômica e social tem sofrido expressivas alterações nos últimos anos, impactando os sistemas de ensino. Em relação a educação, as concepções da BNCC como uma das políticas educacionais desenhadas pelo Ministério da Educação ganham força após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Destacam-se que essas concepções trazem um conjunto de transformações “Impactam de forma direta as políticas direcionadas aos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação, bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino” (AGUIAR; DOURADO, 2018, p.7).

Considerando que a BNCC é um documento que estabelece as aprendizagens essenciais em âmbito nacional, constituindo-se, assim, as competências que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver da educação infantil ao ensino médio. O objetivo de sua elaboração foi promover uma uniformidade na educação do país, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um conjunto mínimo de conhecimentos e habilidades. É com base neste contexto que Mendonça (2018) afirma que

Pode-se entender que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma pretensão a ser alcançada em conformidade com o que estabeleceu a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 210, parágrafos 1º e 2º, ao referir-se aos conteúdos mínimos a serem fixados para o ensino fundamental, no sentido de assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais (MENDONÇA, 2018, p. 34).

No entanto, à BNCC tem sido alvo de críticas a respeito de sua interpretação e implementação. Uma das principais críticas é que ao estabelecer um conjunto de habilidades e competências básicas, a BNCC pode reforçar uma abordagem ‘padronizada’ da educação, focada em avaliações e resultados qualificáveis, deixando de lado uma visão mais ampla e abrangente da educação.

Além disso, a visão de alguns críticos à BNCC se deve pelo fato de acreditarem que sua implementação está alinhada a uma agenda neoliberal de redução do papel do Estado na educação,

dando maior ênfase na privatização das instituições, na competição entre as instituições de ensino e na diminuição dos investimentos na educação, representando um ataque neoliberal na esfera da educação pública.

Assim, a educação tem sofrido um sistemático processo de privatização, ultrajados pela mercantilização da educação imposta pelo projeto neoliberal (OLIVEIRA; SILVA; BENIGNO, 2021). Observa-se que essa privatização de modo direto, na oferta de serviços educacionais por instituições privadas e na disputa do conteúdo das políticas públicas educativas pelo setor privado. Assim, revela-se que essas ações estão diretamente alinhadas aos interesses de grandes organizações, como as

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre outras, além obviamente dos grandes conglomerados internacionais privados que concentram para isto especialistas e financiam os governos de diversos países na adaptação de seus projetos educacionais aos objetivos de seus investimentos (OLIVEIRA; SILVA; BENIGNO, 2021, p. 2).

Neste contexto é possível identificar a inserção de grandes organizações na disputa por espaços no contexto da educação. Sendo que “o privado assume a direção das políticas públicas e imprime seus valores à educação pública brasileira tal como melhor abordamos nas sessões a seguir” (OLIVEIRA; SILVA; BENIGNO, 2021, p. 2). Portanto, é possível identificar a influência da iniciativa privada nos discursos públicos de seus representantes a respeito da educação no Brasil, utilizando-se para esse fim

[...] entrevistas concedidas à mídia, realização de pesquisas, elaboração de projetos, concessão de prêmios, apoio financeiro a outras entidades, elaboração de material informativo, cursos de formação e participação em audiências públicas nas casas legislativas, dentre outras ações (MORGAN, 2020, p. 20).

Portanto, o Movimento ‘Todos pela Educação’, cuja presença tem sido demandada em diversos espaços como: a mídia e as casas legislativas, vem embutindo o discurso de competência em educação (MORGAN; MOCAZEL, 2021). Considerando esse ataque neoliberal que visa a formação de um indivíduo reduzido a conhecimentos operacionais limitados ao exercício de uma profissão especializada ou de uma atividade que possa ser considerada útil, contrariando o modelo de educação humanista com objetivo emancipatório (LAVAL, 2019).

Nesse sentido, diferente da concepção de educação emancipatória, depara-se com uma escola completamente desemancipadora limitada a uma formação para o mercado. O desmonte que essas transformações vêm provocando na educação, na escola pública e os seus princípios emancipatórios é uma realidade sutilmente revelada (PALÚ; PETRY, 2020).

Assim, a educação neoliberal, seguindo a perspectiva do campo profissional, “fecha o homem em um presente ao qual ele deve se adaptar custe o que custar” (LAVAL, 2019 p. 65). Desta forma,

pode-se observar que os ataques aos setores da esfera pública em destaque, a educação, revelam a fragilidade da democracia brasileira e a possível precarização imposta de forma sutil a escola pública, embutida no discurso da redução do Estado, por meio da privatização como solução de todos os problemas da educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando aprovação da BNCC e suas controvérsias ultrajadas pelo pensamento neoliberal, percebe-se forte influência das atividades de capital e de forma operante, nas escolas como a obtenção de resultados e lucros, na conta mão da priorização dos estudantes. A educação vive um momento preocupante, onde a fundamentação da formação voltada a ao mercado em detrimento de uma formação cidadã. O neoliberalismo tem sido frequentemente associado ao desmonte da educação, considerando a valorização da redução do Estado, por meio da política de privatização, cultura de mercado e o ensino voltado a profissionalização.

Nas últimas décadas a ascensão da ideologia neoliberal e o ganho de capital têm impactado o setor educacional de forma significativa. A crescente privatização da educação, com a ideia de que a concorrência e busca pelo lucro levariam a maior eficiência e qualidade, colocam em risco o acesso igualitário a educação, pois as instituições privadas tendem a favorecer os estudantes mais privilegiados, deixando de fora aqueles que não tem condições financeiras para de fato ter uma educação de qualidade.

Há ênfase na padronização e quantificação dos resultados educacionais, em detrimento a qualidade de uma educação holística, que valoriza o pensamento crítico e reflexivo da realidade, assim como a valorização da criatividade e da cidadania ativa. A redução do investimento público em educação representadas pela falta de infraestruturas nas escolas, ausência de recursos e apoios pedagógicos, carências de programas de apoio ao estudante e a redução dos investimentos em pesquisas, prejudicam a qualidade da educação ofertada nas instituições públicas em detrimento da privada.

Estas ações podem acarretar grande desigualdade na formação dos estudantes, onde as instituições com mais recursos terão mais facilidades para implementar a BNCC, enquanto, as escolas públicas terão dificuldades para oferecer a mesma qualidade devido à falta de recursos e investimentos.

Em síntese, a BNCC pode ser posicionada na justaposição entre financeirização da vida e a primazia de saberes utilitaristas. Desta forma, não é difícil compreender por que seu conceito orientador é a noção de competência. O que faz entender o recente sucesso das pedagogias inovadoras centradas nos interesses dos estudantes, em suas capacidades e nas promessas de autorrealização em

um mundo financeirizado. Mediante ao exposto, destaca-se a importância da atenção a essas mudanças, buscando a implantação de uma BNCC que não precarize a escola pública, garantindo que os princípios educacionais sejam preservados, ofertando uma educação inclusiva, equânime e de qualidade

Portanto, é fundamental repensar as políticas educacionais, promovendo um modelo mais inclusivo, emancipatório, equitativo e centrado no desenvolvimento dos estudantes. Para isso, é necessário um compromisso renovado com o financiamento público, valorização do docente e promoção da inclusão, buscando a formação de estudantes críticos e consciente de sua realidade e que lutem pela justiça social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. Â. S.; DOURADO, L. F. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. **Anpae**, p. 07-33, 2018.

BALL, S. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base. Brasília: MEC; SEB, 2017b**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

CARVALHO, R. S.; SILVA, R. R. D. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame. **Educar em Revista**, v. 63, p. 173-190, 2022.

CÁSSIO, F.; CATELLI JR, R. **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019. 320p.

CHARRET, H. C.; FERREIRA, M. S. Deslocamento de sentidos no contexto da reforma do Ensino Médio: anotações sobre a flexibilidade curricular e o conhecimento no âmbito do currículo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 19, n. 57, p. 196-216, 2022.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

FURTADO, R. S.; SILVA, V. V. A. da. A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 1, p. 158-179, 2020.

GIOVEDI, V. M.; SILVA, I. M. Paulo Freire *versus* BNCC: perspectivas antagônicas de currículo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 55, p. 293-316, 2021

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo editorial, 2019. 288p.
DOI: 10.5281/zenodo.12738512

LENOIR, Y. O utilitarismo de assalto às ciências da educação. **Educar em Revista**, n. 61, p. 159-167, 2016.

MENDONÇA, E. F. PNE e base nacional comum curricular (BNCC) impactos na gestão da educação e da escola. In: AGUIAR, M. A. de S.; DOURADO, L. F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. p. 34-37

MORGAN, K. V. Um Itaú de vantagens feito pra você? A ação da Fundação Itaú Social na educação pública brasileira. 2020. 210 f. **Tese** (Doutorado em Educação) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MORGAN, K.; MOCARZEL, M. Formação para a conformação? Uma análise das redes da Fundação Itaú Social na implementação da BNCC. **Interfaces da educação**, v. 12, n. 35, p. 1039-1064, 2021.

OLIVEIRA, S. M. S.; SILVA, C. D. M.; BENIGNO, G. G. F. Privatizar é preciso: o ataque neoliberal à educação pública brasileira. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2021.

PALÚ, J.; PETRY, O. J. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Praxis educativa**, v. 15, 2020.

PERONI, V.; SCHEIBE, L. Privatização da e na educação: projetos societários em disputa. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 387-392, 2017.

PONCE, B. J.; ARAÚJO, W. A justiça curricular em tempos de implementação da BNCC e de desprezo pelo PNE (2014-2024). **e-Curriculum**, v. 17, n. 3, p. 1045-1074, 2019.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. Resiliência ou resistência: palavra de ordem na educação frente à pandemia. **PolEd**, v. 15, n. 1, p. 106-128, 2020.